

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2024.

Ao

Município de Sumidouro - RJ

A/C Ilmo. Sr. Pregoeiro

RECURSO ADMINISTRATIVO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2024

PROCESSO Nº 3676/2024

HELICIO KRONBERG, leiloeiro público oficial, regularmente matriculado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro o nº 299, inscrito no CPF sob o nº 085.187.848-24, comparece respeitosamente a presença de Vossa Senhoria para interpor **RECURSO** em face da r. decisão de habilitação/classificação do licitante PEDRO JOSÉ DE ALMEIDA NETO, referente ao Pregão Eletrônico em epigrafe, nas razões de fato e direito que a seguir se expõe:

1. DA TEMPESTIVIDADE.

Denota-se que o Edital de licitação em seu item 10.2, prevê que caberá recurso administrativo contra a r. decisão referente ao julgamento de propostas ou ato de habilitar/inabilitar o licitante, no prazo de 03 (*três*) dias úteis.

Em razão disso, não se tem dúvidas da tempestividade do presente recurso.



2. DAS RAZÕES DE RECURSO.

2.1. CRITÉRIO DE DESEMPATE APLICADO DESEMPENHO CONTRATUAL

Em breve síntese, temos que o Município de Sumidouro/RJ busca os serviços de leilão e para tanto publicou edital de pregão eletrônico para realizar a respectiva contratação dos interessados em realizar a alienação dos bens pertencentes a administração pública.

Partindo de tal premissa, nota-se que o critério de julgamento adotado pelo ato convocatório é a de que o licitante que ofertar a MENOR TAXA, ou seja **MENOR PERCENTUAL DE COMISSÃO COBRADO DO COMITENTE SOBRE O MONTANTE ARRECADADO,** respeitados os parâmetros máximos estipulados no edital.

3 VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO:

3.1 Não há como estimar o valor da contratação, em razão da natureza e formato da mesma. Pela prestação dos serviços o leiloeiro receberá a comissão máxima de 5% (cinco por cento), paga pelos arrematantes dos bens, conforme previsto no parágrafo único do art. 24 do decreto nº 21.981/1932 e mais a porcentagem máxima de 5% e mínimo 0,01% de acordo com o percentual ofertado pelo vencedor do certame o qual será descontado do valor total arrecado pela Prefeitura.

Neste íterim, vale salientar que o Edital também estipulou os critérios no caso de eventual empate, que são os previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, a saber:



7.27 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.27.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.27.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.27.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.27.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.28 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.28.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.28.2 empresas brasileiras;

7.28.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.28.5 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

Diante disso, temos que na data marcada para a sessão pública, houve a apresentação das propostas, sendo que em sua maioria pela oferta mínima, havendo assim empate entre estas.

Seguindo a sessão, visto que não houve lance de desempate previsto no item 7.27.1, o pregoeiro utilizou como critério de desempate subsequente previsto no item 7.27.2, ou seja, avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes.

Pregoeiro(a) - 26/11/2024 11:36:28

O critério de desempate levado em consideração foi o preconizado no item 7.27.2. do edital "avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;"

Ocorre que, o critério utilizado para desempate, embora tenha previsão editalícia e na legislação vigente não é aplicável, o que passaremos a explicar.



Primeiramente, é necessário esclarecer que a avaliação de desempenho contratual foi trazida pela Lei 14.133, diz respeito a análise pretérita de desempenho do licitante/contratado em contratos administrativos. Na verdade, se assemelha a uma certificação de qualidade que afere o desempenho da licitante no contrato que executou, conforme dispõe o art. 88, §3º e §4º da Lei 14.133/21. É, pois, uma inovação trazida pela lei e, que ainda necessita de regulamentação pela sua subjetividade.

Nesse ponto, o Parecer n.00363/2024/CGSEM/SCGP/CGU/AGU, da Consultoria-Geral da União (CGU), da Advocacia-Geral da União (AGU), ao mencionara Nota Técnica nº 1915/2024/MTE em sua fundamentação, parece seguir a linha de raciocínio que entende pela necessidade de regulamentação do art. 60, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, para sua aplicação.

Ainda sobre a regulamentação do art. 60, inciso II, da Lei nº 14.133, a ANÁLISE JURÍDICA Nº 11093766/2024, do Tribunal Regional Federal 3ª Região, traz à baila:

Seguindo os critérios de desempate previstos na lei 14.133, temos o seguinte:

"II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;"

No entanto, não existe um sistema de avaliação de desempenho contratual, assentado em critérios objetivos, para avaliação dos licitantes.

Em que pese o inciso II do art. 60 não trazer expressamente a necessidade de regulamentação, entende-se, em uma leitura conjunta com o art. 87, que tal preferência será regulamentada junto com o registro cadastral unificado, a fim, justamente, de evitar que cada órgão coloque balizas



de avaliação de desempenho que não tenham previsão na legislação.

Desta forma, entendemos, s.m.j, que resta prejudicado a utilização do inciso II do art. 60 como critério de desempate. (grifamos).

Ou seja, mesmo não havendo previsão expressa na lei, necessário se faz a regulamentação por decreto ou a previsão no edital de critérios estritamente objetivos para tal avaliação.

A avaliação do desempenho contratual, da maneira como consta na Lei, pode levar à interpretação de seria uma espécie de *"habilitação de desempate"*, onde deveria prosseguir a fase de julgamento (em nova sessão) com a apresentação de documentação para desempate por avaliação de desempenho.

No caso em tela, não foi analisa previamente nem a documentação do licitante considerado vencedor, portanto ato totalmente falho e injustificável.

2.2. DOCUMENTÇÃO DE HABILITAÇÃO – REGULARIDADE FISCAL NÃO COMPROVADA

Superada A fase de desempate, já demonstrada aqui sua inaplicabilidade, uma sucessão de ilegalidades foram cometidas no certame em questão, isto porque a documentação de habilitação fiscal (CND do município do Rio de Janeiro) apresentada pelo licitante, que foi declarado consta positiva, vejamos:



 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO COORDENADORIA DO ISS E TAXAS		N° Autenticação: 9614631922 Órgão: FP/REC-RIO/CIS-CAT Controle: 607392027				
NOME / RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO PEDRO JOSE DE ALMEIDA NETO RUA URANOS 1063 SAL 214 RAMOS RIO DE JANEIRO 21060-005 RJ						
CNPJ/CPF 00.079.169/6437-68		INSCRIÇÃO MUNICIPAL 0.435.588-1				
CERTIDÃO POSITIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - Modelo 5 CERTIFICO que, em relação ao contribuinte acima qualificado, consta(m) a(s) seguinte(s) ocorrência(s): <table border="0"> <tr> <td>Processo</td> <td>Processo</td> </tr> <tr> <td colspan="2">  </td> </tr> </table>			Processo	Processo		
Processo	Processo					
						
Nota de Débito 0362012 N.D. EM COBRANCA NA PG/PDA (D. ATIVA)						

Cabe salientar que o edital estabelece que o prazo para envio dos documentos de habilitação por parte do licitante vencedor é de 2 (duas horas), sob pena de inabilitação.

9.2 Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do(s) licitante(s) mais bem classificado(s). Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, no prazo de 02 (DUAS HORAS), contado da solicitação do pregoeiro.

In caso, fato é que o pregoeiro informou através do chat que o licitante solicitou prazo para apresentação do documento regular, e foi concedido, embora ilegalmente,



visto que a concessão se aplica para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas.

Pregoeiro(a) - 26/11/2024 15:20:50

Prezados, informamos que foi acatada a solicitação do vencedor para a apresentação da CND de Dívida Ativa Municipal Regular dentro do prazo estipulado. Na oportunidade, suspenderemos a sessão para que seja providenciado o referido documento. Até breve!

No caso em comento, importante ressaltar que a permissão para envio posterior de regularidade fiscal é prerrogativa das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, que não é o caso do licitante declarado vencedor, que é pessoa física, portanto inelegível para auferir o benefício.

9.8 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

Nessa senda, ainda que o licitante declarado vencedor fosse beneficiado pela Lei Complementar 123/2006, este não apresentou a documentação de regularidade fiscal até o prazo estipulado, o que o inabilita ao pregão.

Como demonstrado acima, o certame em questão foi provido de uma série de atos irregulares, infringindo princípios basilares das contratações públicas como a transparência, isonomia, legalidade, eficiência, vinculação ao instrumento convocatório, e julgamento objetivo, comprometendo, assim, a segurança jurídica do processo licitatório, devendo, portanto, ser anulado.



3. DOS PEDIDOS

Com base nas razões apresentadas, requer-se:

- 1) O recebimento das presentes razões de recurso por ser tempestiva e pertinente;
- 2) Que seja declarado inabilitado o licitante PEDRO JOSÉ DE ALMEIDA NETO, por não cumprir os requisitos de regularidade fiscal;
- 3) Pugna-se pela anulação do certame, visto estar eivado de irregularidades;
- 4) Caso não seja acatada a nulidade do certame, que retorne à fase de desempate, utilizando o sorteio como critério previsto no edital, visto a inaplicabilidade dos demais;

Nestes termos

Pede e espera deferimento.

Helcio Kronberg

Leiloeiro Público Oficial

